



30 ANOS DE PESQUISA E TREINAMENTO NA AMAZÔNIA: AINDA HÁ MUITO TRABALHO A FAZER

Rita Mesquita

Coordenação de Pesquisas em Ecologia – INPA-rita@inpa.gov.br

Nos anos 70 as políticas de ocupação da Amazônia tinham a filosofia: integrar para não entregar. Já havia uma clara preocupação com o aparente vazio demográfico da região, e a cobiça por suas riquezas, que na época, se dividiam entre as madeiras e os minérios. Um processo de colonização planejado foi posto em marcha, com o recrutamento de famílias de outras regiões do Brasil para “desenvolver” a região. Foi mais ou menos nesta época que os primeiros cientistas se fizeram a seguinte pergunta: se tudo for ocupado de acordo com os planos ora em implantação, qual será o tamanho mínimo que uma área de floresta deve ter para ainda reter as características da floresta primária amazônica? Esta pergunta tinha claras implicações para as estratégias de conservação da floresta, e foi para respondê-la que o projeto Tamanho Mínimo Crítico de Ecossistema foi criado por Thomas Lovejoy, com a ajuda de Rob Bierregaard, e aprovação do Governo Brasileiro, ainda nos finais dos anos 70. O projeto se valeu de uma lei brasileira, que determinava que toda propriedade rural na Amazônia deveria manter 50% de sua área em floresta. Grandes fazendeiros, recém contemplados com grandes áreas de floresta primária no Distrito Agropecuário da Suframa, ao norte de Manaus, chegavam, com o apoio das políticas públicas e dos recursos federais, para instalar grandes fazendas de gado na região. Por meio de acordos com alguns destes fazendeiros, Tom e Rob negociaram que parcelas de floresta de diferentes tamanhos, todas com a mesma forma quadrada, fossem deixadas no meio dos campos recém criados para a formação das pastagens. E assim, fragmentos florestais de 1 a 1000 hectares foram distribuídos por uma área de cerca de 1000 km², envolvendo 3 fazendas. Em vários casos, os levantamentos biológicos começaram antes mesmo do corte e queima da floresta, e assim, a situação antes de isolar os fragmentos da mata continua foi bem documentada, principalmente para pássaros, mamíferos, e anfíbios. O Distrito Agropecuário ainda existe, localizado ao norte de Manaus, no Amazonas, e os fragmentos florestais, continuam sendo estudados até hoje, resultando no monitoramento de mais longo prazo dos impactos da fragmentação florestal sobre um sítio da Amazônia (e do mundo). Os 30 anos de pesquisa ininterrupta renderam centenas de teses, trabalhos publicados em revistas científicas, e apresentações em congressos. Havendo interesse de um pesquisador, não existe organismo desta floresta que não possa ser estudado nas áreas de pesquisa do PDBFF. E muitos o foram. São dezenas, o número de espécies novas para a ciência ali descobertas. Após a primeira década de estudos, o projeto passou a se chamar Dinâmica Biológica de Fragmentos Florestais – PDBFF - refletindo em seu nome a natureza dos estudos que já estavam em curso. Não levou muito tempo para que os pesquisadores notassem que uma parte importante da dinâmica dos fragmentos estava associada ao que acontecia fora dos fragmentos, no entorno ocupado por pastagens, campos agrícolas, ou vegetação secundária abandonada após o corte. E assim, uma nova linha de pesquisa, além dos estudos de monitoramento e ecologia da flora e fauna dos fragmentos, foi iniciada, contemplando a dinâmica de sucessão secundária e suas interações com os fragmentos florestais e a mata continua. O PDBFF formou centenas de pesquisadores, técnicos, e estudantes sobre a ecologia da floresta amazônica, os impactos da fragmentação florestal, e a dinâmica da paisagem amazônica. Muitos permanecem na Amazônia ou mantêm conexões de longo prazo com a região. Ele mantém há mais de 15 anos um robusto programa de treinamento para técnicos da área ambiental, tomadores de decisões, e jovens pesquisadores, inclusive de outros países da bacia amazônica e da América Latina. Atualmente, o PDBFF se depara com um novo desafio, que é a gestão das áreas protegidas da Amazônia. Desde 1985 os fragmentos florestais foram declarados áreas de relevante interesse ecológico – ARIE do PDBFF – por decreto do Governo Federal, e portanto compõem o sistema nacional de unidades de conservação. O PDBFF tem muito a oferecer aos gestores de áreas protegidas sobre como instalar e

manter um programa de pesquisa e monitoramento de longo prazo, e como desenvolver a formação de recursos humanos para a conservação da biodiversidade. Os 30 anos de pesquisa são uma inspiração para delinear o futuro deste projeto tão contemporâneo e atual. Hoje, parece haver um consenso de que a verdadeira riqueza da Amazônia é sua biodiversidade e seus ciclos ecológicos. Poucos projetos conhecem isso melhor que o PDBFF, para fazer recomendações relevantes ao seu uso e conservação.